



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD)

Data da reunião: 29/11/2023

Presidente: Senador Eduardo Gomes

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p>PLP 77/2022</p> <p>Ementa: Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor.</p> <p>Autoria: Senadora Daniella Ribeiro</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Astronauta Marcos Pontes	Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CAE.	O projeto altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para vedar o contingenciamento de recursos destinados à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados por seu Conselho Gestor. A alteração da LRF busca estabelecer que não serão objeto de limitação de empenho as receitas destinadas à execução de programas, projetos, planos, atividades, iniciativas e ações aprovados pelo Conselho Gestor do Fust. Já as alterações da Lei do Fust dispõem sobre a vedação de limites à execução dos créditos orçamentários relativos ao Fust, exceto quando houver frustração de arrecadação das respectivas receitas, e sobre a vedação à alocação desses valores em reserva de contingência primária ou financeira. A matéria recebeu parecer favorável da CAE com emenda de adequação da técnica legislativa, acolhida pelo relator na CCDD.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PL 830/2022</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico.</p> <p>Autoria: Senador Flávio Bolsonaro</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação.	O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para aumentar as penas dos crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A a 241-D; bem como incluir a internet entre os possíveis meios de aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento e, nesses casos, prever causa de aumento de pena para quem se vale de perfil em redes sociais para interagir com criança ou pratica abuso psicológico. Os crimes cujas penas são aumentadas são: art. 240 (produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente); art. 241 (vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente); art. 241-A (oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente); art. 241-B do ECA (adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente); e art. 241-C (simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual). Em relação ao art. 241-D do ECA, o projeto propõe alterar a descrição da conduta para incluir a internet como meio utilizado para aliciar, assediar, instigar ou constranger [...] criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso. A pena base para a referida conduta também é aumentada, sendo também prevista causa de aumento de pena para quando o agente utiliza perfil de rede social para interagir com a vítima ou quando submete a criança a qualquer tipo de abuso psicológico.
3	<p>PL 4187/2023</p> <p>Ementa: Acresce § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para equiparar a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ao reconhecimento de firma.</p> <p>Autoria: Senador Cleitinho</p> <p>[tramitação]</p> <p>Não Terminativo</p>	Senador Hamilton Mourão	Pela aprovação.	O projeto altera a Medida Provisória 2.200-2/2001 para equiparar ao reconhecimento de firma a assinatura eletrônica com certificado digital no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
4	<p>PDL 728/2021</p> <p>Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.</p> <p>Autoria: Câmara dos Deputados</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Hamilton Mourão	Pela apresentação de requerimento de informações.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Farroupilha/RS. O relator propõe a apresentação de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, buscando suprir lacuna na documentação que acompanha o pedido de outorga.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
5	PDS 286/2015 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO E RÁDIO COMUNITÁRIA AMIGOS DO BAIRRO DOS PRADOS - SATÉLITE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Astronauta Marcos Pontes	Pela apresentação de requerimento de informações.	<p>Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe/SP.</p> <p>O relator propõe a apresentação de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações, buscando atestar a inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.</p>
6	PDL 569/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela apresentação de requerimento de informações.	<p>Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Aparecida de Goiânia/GO.</p> <p>O relator propõe o encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações para esclarecimento quanto ao vínculo político identificado em relação ao diretor administrativo da entidade.</p>
7	PDS 297/2013 Ementa: Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MUNDO MELHOR DO MUNICÍPIO DE DUAS ESTRADAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duas Estradas, Estado da Paraíba. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	<p>Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Duas Estradas/PB.</p> <p>A matéria recebeu parecer da CCT pela rejeição, motivado pelo fato de dois membros da diretoria da entidade terem exercido cargos em partido político concomitantemente à aprovação da outorga pelo Poder Executivo, o que seria vedado por lei.</p> <p>Posteriormente, foram requisitadas informações ao Ministério das Comunicações. Com base nessas informações, o relator entende que o vício apontado na decisão de rejeição era sanável, razão pela qual sugere a aprovação.</p> <p>A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.</p>
8	PDL 869/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural e Comunitária Normário Sales para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jussari, Estado da Bahia. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Jussari/BA.

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
9	PDL 538/2021 Ementa: Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Boa Nova de Goianésia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goianésia, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação com uma emenda de redação.	Renovação de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Goianésia/GO. O relator propõe a aprovação com emenda de redação.
10	PDL 639/2021 Ementa: Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ambiental de Formosa - ASCAF a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação.	Autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Formosa/GO.

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.